



ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS

Correio de Sergipe • Aracaju
quarta-feira • 18 de setembro de 2013

MATERIAIS HOSPITALARES

MPE requer que Estado e a FHS abasteçam o HGJAF

WELLINGTON BARRETO/ASN

O Ministério Público Estadual (MPE) ajuizou uma ação civil pública em face do Estado de Sergipe e da Fundação Hospitalar de Saúde (FHS) para que sejam feitos os abastecimentos de materiais básicos, insumos e roupas privativas, que estão em falta constantemente na unidade. E a justiça já deferiu a liminar determinando que em 30 dias seja providenciado o fornecimento dos itens e, também, dentro deste prazo deverá ser apresentado um projeto de informatização do almoxarifado do hospital para garantir o controle do estoque. Caso não haja cumprimento da decisão, será cobrada uma multa diária no valor de R\$ cinco mil.

Segundo a promotora do MPE, Euza Missano, a falta desses materiais causa problemas graves na unidade, como o adiamento de cirurgias. "Por causa da ausência dos materiais há o retardo de procedimentos cirúrgicos para pacientes graves, por exemplo. E também luvas, esparadrapos e ataduras não existem em quantitativo suficiente para atender a demanda do hospital", explica.



■ **Euza Missano:** "por causa da ausência dos materiais há o retardo de procedimentos cirúrgicos"



**JUSTIÇA DEFERIU
LIMINAR DETERMI-
NANDO QUE EM
30 DIAS SEJA
PROVIDENCIADO
O FORNECIMENTO
DOS ITENS**

Ainda de acordo com ela, com a determinação da justiça, o Estado e a FHS deverá providenciar de forma imediata todos os materiais que estão escassos na unidade. "Deverá ser feito o completo abastecimento do hospital, com todos os materiais básicos necessários com todas as especificações existentes, como algodão, ataduras, fraldas adultos, e também medicamentos, anestésicos e todos os itens indispensáveis para o funcionamento do centro cirúrgico da unidade e de todo o hospital", disse.

• Problema antigo

A falta desses materiais e medicamentos não é um problema recente. Pelo contrário. "O Ministério Público vem acompanhando desde 2012 esse desabastecimento constante do hospital. E não podemos permitir que falem esses materiais que são essenciais para a população e para o funcionamento da unidade. Esperamos que com essa ação o Estado e a Fundação tomem as providências cabíveis", afirma Euza Missano.